



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG

CENTRO DE HUMANIDADES

UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA

CURSO DE GEOGRAFIA

ALINE SOUZA DE ALMEIDA

**A QUESTÃO ÉTNICO RACIAL E ENSINO DE GEOGRAFIA:
ANÁLISE DE LIVRO DIDÁTICO E A FORMAÇÃO DOS
PROFESSORES**

CAMPINA GRANDE - PB

2017

ALINE SOUZA DE ALMEIDA

A QUESTÃO ÉTNICO RACIAL E ENSINO DE GEOGRAFIA:
ANÁLISE DE LIVRO DIDÁTICO E A FORMAÇÃO DOS
PROFESSORES

CAMPINA GRANDE

2017

RESUMO

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

A447q Almeida, Aline Souza de.
A questão étnico racial e ensino de geografia : análise de livro didático e a formação dos professores / Aline Souza de Almeida. – Campina Grande, 2017.
40 f. : il. color.

Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2017.

"Orientação: Prof. Dr. Luiz Eugênio Pereira Carvalho".

Referências.

1. Relações Étnico-racial. 2. Lei 10.639/03. 3. Ensino de Geografia. 4. Formação do professor. 5. Negro e Continente Africano - Estudo. I. Carvalho, Luiz Eugênio Pereira. II. Título.

CDU 911:37.016(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
CURSO DE GEOGRAFIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

BANCA EXAMINADORA DE: ALINE SOUZA DE ALMEIDA

TÍTULO: A QUESTÃO ÉTNICO RACIAL E ENSINO DE GEOGRAFIA: ANÁLISE DE LIVRO
DIDÁTICO E A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

Campina Grande (PB), 17 de agosto de 2017.

Prof. Dr. Luiz Eugênio Pereira Carvalho (UFCC - Orientador)

Prof. Dr. Thiago Romeu de Souza (UFCC - Examinador Interno)

Prof.ª. Dr.ª. Sônia Maria de Lira (UFCC - Examinadora Interna)

RESUMO

Nesse trabalho, abordamos a temática étnico-racial baseada na Lei Federal 10.639/03 que foi criada após muita luta dos movimentos negros. Essa Lei torna obrigatório o ensino da África e da contribuição do negro na construção da cultura brasileira e na organização e formação social do país, com a finalidade de construir uma nova visão sobre o negro e sobre o continente africano. Trataremos da importância desses temas na formação do professor de geografia analisando o currículo de cursos de geografia da Paraíba e a atual produção acadêmica sobre o tema, através da análise de anais de evento sobre ensino de geografia. Outro caminho para identificar como se dá a inserção desta temática e seus objetivos no ensino da geografia escolar foi feito a partir da leitura e análise de livros didáticos. Sabendo que o livro didático é um material essencial para se trabalhar em sala, foram analisados livros editados antes e depois da Lei citada com o objetivo de identificar se a temática étnico-racial e África são tratadas de forma a contribuir para a formação/manutenção de estereótipos sobre os negros e África. Após analisar os livros, projetos pedagógicos das licenciaturas e a Lei 10.639 verificou-se que as mudanças ocorridas ainda são suficientes para que se tenha um resultado satisfatório a respeito da construção de uma nova visão sobre a temática étnico-racial e África no ensino de Geografia.

Palavra chave: Relações étnico-racial,
Lei federal 10.639/03, ensino de Geografia, formação do professor, África.

ABSTRACT

In this paper, we approached the ethnic-racial based on the federal law 10.639/03 that was created after a great deal of fighting from black people's movements. Said law makes it mandatory teaching about Africa and black people in the Brazilian culture construction and in the country's organization and social formation, with the purpose of building a new vision about black people and the African continent. We will deal with these themes's importance in the Geography teacher's development process analysing the curriculum of Geography courses from Paraíba and the theme's current academic production, through the analysis of event annals about Geography teaching. The other way to identify how this topic's insertion takes place and their goals in geography teaching in schools came from the reading and analysis of textbooks. Knowing that the textbook is a necessary material to work with in the classroom, they were analysed before and after the law aforementioned with the intention to identify if the ethnic-racial theme and Africa were presented in a way that contributes to the creation/maintenance of stereotypes about black people and Africa. After analysing the books, pedagogical projects from the teaching graduations and the law 10.639, it was shown that the changes that have taken place are enough to obtain a satisfactory result about the development of a new vision about the ethnic-racial topic and Africa in Geography teaching.

Keyword: Ethnic-racial relations, federal Law 10.639/03, Geography teaching, teacher's formation, Africa.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Infância roubada	31
Figura 2: Tudo resumido a isso?	35
Figura3: Outro olhar para o negro	36
Figura 4: Negros iguais	36
Figura5: Posição de branco por um negro	37
Figura 6: Lugar de negro	37
Figura 7: Uma dança para distrair	38
Figura 8: Uma infância de construção	38

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: III EREPEG – Número de trabalhos inscritos por eixo	21
Quadro2: Análise dos PPCs das Universidades da Paraíba	25
Quadro 3: Livros analisado anteriores à Legislação 10.639/03	29
Quadro 4: Critérios de Análises da imagem	30
Quadro 5: Livros analisados posteriores à Legislação 10.639/03	30
Quadro 6: Temática étnico-racial e África nos livros após a Lei 10.639/03	33
Quadro 7: Representação do negro nos livros antes e depois da Lei 10.639/03	34

Sumário

INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO 1 – A LEI 10.639/03 E O ENSINO DE GEOGRAFIA.....	8
1.1- O Ensino de geografia e o preconceito	8
1.2 – Metodologia.....	13
1.3 A Federal Lei 10.639/03	14
CAPÍTULO 2 – A temática étnico-racial na formação do professor de Geografia	18
2.1 – A produção sobre o ensino de geografia.....	19
2.2 – A questão étnico racial e o currículo de licenciaturas de geografia da Paraíba	22
CAPÍTULO 3 – Análises dos Livros Didáticos.....	28
3.1 – Livros elaborados antes da Lei 10.639/03	29
3.2 – Livros elaborados após a Lei 10.639/03.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERENCIAS:	40

INTRODUÇÃO

O Brasil traz grande dívida com os africanos que tiveram suas vidas e liberdade roubadas quando foram trazidos para o país para serem usados como escravos pelos donos de terra e produtores agrícolas. Entre os séculos XVI e XIX, muitos africanos morreram de fome e doenças devido à forma que eram transportados nos porões dos navios. Aqueles que aqui chegavam foram escravizados junto com os índios. Nesse processo, tiveram suas culturas desrespeitadas, índios foram catequisados e africanos foram proibidos de cultuar seus Orixás, sendo implantado, a cultura europeia e junto com ela a sua pseudosuperioridade.

Essa –superioridade de cultura fez com que, durante anos, a cultura africana e afro-brasileira fosse desconhecida e junto com esse desconhecimento um grande preconceito foi se instalando na sociedade. Os diversos tipos de preconceitos que atingem a nossa sociedade têm raízes históricas, devido à forma como o negro chegou ao país e como eram apresentados à sociedade. Esse tratamento ligou a imagem do negro a aspectos negativos do viver, como fome, desemprego, violência, condições sub-humanas de vida. Durante décadas essa imagem foi reforçada através dos meios de comunicação e também pelos livros didáticos, inclusive os de Geografia.

É possível perceber nos livros didáticos e paradidáticos que a presença do homem branco europeu ocidental sempre em alta, com representações superiores e com muitos capítulos valorizando sua cultura e costumes. Enquanto na abordagem relacionada à África e ao negro é reservado uma geografia distorcida sobre sem valorização do negro. Durante anos os movimentos negros lutaram para mudar essa realidade, após muito debate e avanços é sancionada a Lei 10.639/03¹ que torna obrigatório o ensino das temáticas étnico-raciais e África no ensino básico, devendo também a necessidade de abordar a formação social e cultural do país, ressaltando a contribuição dos africanos para a construção sócio espacial brasileiro.

Com a criação da Lei, os professores passam a ter que ensinar sobre tais temas e com uma abordagem diferente, para evitar a reprodução de estereótipos sobre os negros no país. Os livros didáticos e a formação de professores devem acompanhar as mudanças que a Lei² sugere e passarem a incluir este tema.

¹Essa Lei Federal foi alterada pela Lei 11.645/2008 que incluiu em seus artigos tratamento semelhante às questões étnico-raciais a história e a cultura dos quilombolas e indígenas no Brasil.

²Ao longo do trabalho o termo –Lei estará se referindo especificamente à Lei 10.639/03.

Ao analisar livros editados antes e depois da Lei 10.639/03 buscou-se verificar se a representação da África e dos negros aparece de forma preconceituosa. Nesse momento, do ensino básico a discussão sobre as relações étnico-raciais de uma forma didática se torna de extrema a formação de uma sociedade que respeita a diferença. O discurso contra o racismo e as diversas formas de discriminação que os negros sofrem, até hoje, poderá ampliar a visão sobre o tema, uma vez que se tem conhecimento sobre o assunto.

Assim, entender os processos socioespaciais ligados nas á construção de estereótipos sobre negros e África levava o conhecimento dos alunos e professores para começar a se construir respeito pela cultura e pela diferença de cada um. O conhecimento é fundamental para que novos caminhos e novos conceitos sejam criados de modo que todos se relacionem de forma respeitosa. Especificamente para a Geografia, têm sido valorizadas temáticas que consigam integrar as análises de ensino com temas transversais e sua capacidade de transformação do espaço escolar e da sociedade.

A metodologia utilizada para a realização desse trabalho foi baseada em revisão bibliográfica, leitura e análise de documentos curriculares oficiais, análise de livros didáticos de Geografia editados antes e depois da Lei Federal 10.639, além da leitura e análise desta legislação. Foram analisados ainda os Projetos Pedagógicos do Curso de Geografia da Paraíba e anais de evento regional sobre ensino de geografia. Esse processo possibilitou alcançar os objetivos propostos no trabalho, a saber: Objetivo Geral - Analisar a influência da Lei Federal 10.639 no ensino básico e na formação do professor de Geografia; específicos: a) avaliar a produção acadêmica em Ensino de Geografia sobre as questões étnico raciais; b) analisar o conteúdo dos livros didáticos para ver se existiu alguma mudança nos temas com a implantação da Lei; c) analisar os PPC de cursos de Geografia da Paraíba.

O trabalho esta dividido em três capítulos o primeiro trata da -Lei Federal nº10.639/03 e o ensino da geografia, apresenta a importância da Lei para o ensino da temática étnico-racial e como ela foi criada. Discute-se ainda como o ensino da geografia pode contribuir para vencer o preconceito.

O Capítulo 2 -A Lei 10.639/03 na formação do professor traz uma discussão de como a Lei interferindo na formação do professor e como o surgimento da mesma contribuiu de forma positiva para que houvesse mudanças na política das instituições de ensino superior e como os cursos de licenciatura se adaptaram para atender a demanda.

O último capítulo é a análise dos livros didáticos, dando ênfase na temática étnico-racial, incluindo como a imagem do negro e a África aparecem. Apresenta-se também análise se houve alguma mudança na utilização da imagem dos negros depois da lei.

CAPÍTULO 1 – A LEI 10.639/03 E O ENSINO DE GEOGRAFIA

1.1 – O ensino de geografia e o preconceito

A escola é um ambiente onde se deveria construir conhecimento e desenvolver-se o senso crítico. Nela existe ainda a oportunidade de conhecer novas realidades e que esse conhecimento seja usado para prevenir preconceitos e vencer desigualdades. Segundo Costa e Dutra (2009, p.1):

A educação tem fundamental importância nesta luta, pois se acredita que o espaço escolar seja responsável por boa parte da formação pessoal dos indivíduos, sendo assim um ambiente fundamental para a superação das desigualdades raciais e superação do racismo. No exercício da aprendizagem, desenvolvimento na escola, o aluno recebe concepções de mundo que o orientam a como posicionar-se nele e para isto a Geografia está presente na forma de ferramenta fundamental deste processo.

Nessa perspectiva acredita-se que uma arma contra o preconceito e o racismo seja a educação. A implantação da Lei 10.639/03 surge como caminho para compreensão da diversidade étnico-racial no Brasil. Assim, o professor de geografia pode contribuir para esses objetivos na educação básica ao procurar tornar importante e conhecida a Geografia da África, trajetória dos africanos no Brasil e de como eles enriqueceram a cultura brasileira, contribuíram para a economia, desenvolvimento da sociedade.

Necessitamos de uma nova educação do olhar e da sensibilidade para fazê-los capazes de crer na beleza autêntica do simples – seja essa simplicidade nacional seja estrangeira -, na valorização cultural do folclore, na riqueza pura do local e regional, na expressão admirável dessa nossa extraordinária pluralidade cultural e da magnífica diversidade, sem confundir unidade com uniformidade (ANTUNES, 2001, p. 40)

Conhecer a cultura africana e afrodescendente de forma não estereotipada contribui para que os próprios alunos negros se reconheçam e conheçam os processos históricos-geográficos que foram escondidos durante séculos. Com esses novos conhecimentos, se busca a valorização dos mesmos que muitas vezes se veem inferiores por sempre serem representados em posições inferiores e humilhantes. Segundo Costa e Dutra (2009 p.2),

[...] podem-se criar subsídios para a desconstrução dos estereótipos negativos que são atribuídos aos negros e ao continente africanos e com isso guiar os educandos a entender as complexidades das diversas visões de mundo. Outra proposta é ajudá-los em suas

percepções e formação de pensamento crítico em relação às desigualdades raciais e o racismo, como também auxiliá-los na sua forma de posicionar-se e enxergar o mundo.

Oliveira (2011) argumenta também sobre importância da contribuição dessas questões abordadas na Geografia. Acredita que a geografia tem muito a contribuir para que os estereótipos negativos sobre negros, afrodescendentes e sobre a África sejam desconstruídos através da abordagem.

[...] como temática que deverá ser trabalhada nas aulas de geografia. Ou seja, o desenvolvimento da Lei Federal 10.639/03, solicitou uma nova responsabilidade social à ciência geográfica, sobretudo, a geografia escolar, que junto a outras disciplinas, tem uma responsabilidade de (des)construir os estereótipos negativos sobre os afro-brasileiros, sobre a África e sobre os espaço afro-brasileiros. (OLIVEIRA, 2011, p.3)

É de grande importância que a geografia da África seja trabalhada de forma com que a visão eurocêntrica seja desfeita. Para que isso aconteça tem-se que se conhecer a formação do espaço geográfico, ressaltando os processos políticos da colonização africana, bem como sua diversidade ambiental e social. Para isso, o professor precisa buscar apoio em outros materiais que o ajudem a trabalhar com essa temática. Oliveira (2011), no entanto, nos alerta para dificuldade de trabalhar o tema por falta de material. –Neste sentido, os professores de geografia descrevem a África em suas aulas a partir de notícias jornalísticas e enciclopedista sem profundidade, o que vem contribuindo significativamente para estereotipização negativa da África. (OLIVEIRA, 2011, p.10)

Para garantir eficiência na aplicação da Lei é importante considerar algumas mudanças na formação dos professores. Para que a temática seja adequadamente trabalhada no ensino básico Costa e Dutra (2009, p.6) defendem que.

Consideramos importante que haja discussões a respeito da Lei 10.639/03 nas Universidades, em especial aquelas que formarão futuros professores. São esses os responsáveis pela aplicação direta da Lei e a forma na qual eles exercem esta função de aplicadores desta normativa interfere no pensamento crítico e nas visões de mundo eurocêntricas que hoje existem no mundo da educação e que o alunado acaba representando na sociedade na qual ele está inserido.

Essa formação é importante, porque deve existir por parte do professor uma reflexão sobre como o tema é tratado, em especial nos livros didáticos sobre a África e sobre os negros visto que este é o principal recurso didático nas escolas públicas. É na escola que a

visão estereotipada deve ser desfeita e para que isso aconteça, o professor deve estar disposto a trabalhar com a temática de forma a valorizar o negro e a África.

[...] professores e escola tem que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escalas de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas (MEC, 2013, p.88)

É possível entender a dificuldade que se tem para trabalhar a reconstrução da visão estereotipada que se tem sobre o negro e sobre África. Motivo claro que dificulta o trabalho do professor abordar a temática com os alunos é a falta de material que fale sobre as temáticas na perspectiva de desfazer os estereótipos. Ainda hoje, não é fácil encontrar material sobre a temática étnico-racial. Oliveira faz uma crítica voltada para a falta de produção em geografia que aborde a temática.

A nosso ver, toda essa discussão sobre as —pseudoafricanas é auxiliada pela produção geográfica, ou melhor, pela não produção geográfica sobre a África, pois como sabemos os geógrafos brasileiros não tem dedicado a devida atenção para o continente africano (OLIVEIRA, 2011, p.10).

Mesmo diante desse desafio, a geografia é uma disciplina escolar que deve despertar em seus alunos o senso crítico para que possam se posicionar de maneira embasada sobre as questões sociais e ambientais que marcam o espaço do seu dia-a-dia. É necessário que os alunos possam participar cotidianamente do processo contra o racismo presentes nos seus lugares de vida. Segundo Costa e Dutra (2009, p.8):

A Geografia tem fundamental importância no processo de entendimento de mundo. O ensino analítico desta ciência é o caminho para a desconstrução destas formas hierarquizantes e preconceituosas de enxergar o mundo. Consideramos que a Geografia está pautada na ideia do aprendizado e entendimento para que o alunado tenha subsídios cabíveis para conhecer e posicionar-se no mundo.

O professor é agente importante para se trabalhar a temática étnico-racial em sala de aula, pois é ele quem vai lançar a proposta de debate sobre a temática e o mesmo deve ter propriedade para que isso aconteça. Para Oliveira (2011, p.6) –podemos e devemos levar em

conta as questões étnico-raciais, e assim construir em nossos cidadãos um conhecimento geográfico que contemple a participação do negro na constituição do Brasil enquanto nação.¶

Carril (2006, p.33). Reafirma a importância da geografia no processo de ensino e aprendizagem sobre a temática étnico-racial e alerta também para a pouca abordagem da temática –[...] o entendimento da questão racial brasileira é algo pendente e a geografia pode auxiliar na análise dessa problemática ao lado de diversas áreas [...].¶

O cumprimento da Lei vai além de ensinar os novos conteúdos, relacionado à África e a temática étnico-racial, pois não é apenas trabalhar essas questões em sala, é construir uma nova visão sobre o que durante anos foi ensinado de forma preconceituosa. É trabalhar na construção de uma nova visão sobre temas importantes não só para conhecimentos escolares ou acadêmicos, mas também para a vida desses alunos. Segundo Costa e Dutra (2009 p.6):

Achamos que a Lei é de suma importância, contudo não se deve ater somente a sua leitura e sim dar significados a ela. Entendemos que além da inserção de conteúdos referentes à África e os Negros nas escolas é preciso que se faça o exercício de —descolonização dos saberes que são vigentes na educação brasileira bem como exercitar uma releitura de visões de mundo hegemônicas no campo que se define como sendo da formação humana.

Conteúdos relacionados a questões étnico-raciais e África foram ministrados de forma estereotipada, foram contados pela visão dos europeus que se julgavam superiores. Sabemos que não existe superioridade de raça. Para se trabalhar esses conteúdos, de forma que o mesmo contribua para que os alunos façam uma nova reflexão livre de preconceitos e estereótipos é preciso que exista também uma nova forma de se trabalhar os mesmos. Fazendo uma revisão sobre as questões étnico-raciais e conhecendo a outra versão que ainda hoje não se conhece verdadeiramente por ter sido ignorada por anos sobre a África. Nessa perspectiva, Costa e Dutra (2009, p.6) argumentam:

Não se pode apenas acrescentar e ministrar novos conteúdos e acreditar, falsamente, que estamos desta forma contribuindo para a formação escolar livre de discriminações raciais. Precisamos revisar esses conteúdos que de alguma forma reforçam o preconceito racial inferiorizando o negro – por exemplo, mostrando a África de uma forma folclorizada.

A legislação em tela veio como uma conquista muito importante dos movimentos negros. Inserir no ensino básico o debate sobre questões étnico-racial e sobre África é um caminho para se vencer o preconceito e o racismo e desconstruir a imagem que foi durante anos construída sobre África, como afirma Oliveira (2011, p.3.) –promover alteração positiva na realidade vivenciada pela população negra e trilhar rumo a uma sociedade democrática, justa e igualitária, revertendo os perversos efeitos de preconceitos, discriminação e racismo.¶

A pouca discussão sobre a temática étnico-racial é um dos principais problemas para se alcançar os objetivos que a Lei propõe. Percebendo isso, Matos, Rangel e Caspar (2009, p.1), ao analisarem as entrevistas com professores do ensino básico de Ilhéus-BA, construíram uma crítica pertinente à forma como a temática é abordada nos materiais disponíveis e alertam também para como as pessoas relacionam a imagem do branco.

Descobriu-se que a discussão sobre as questões étnico-raciais estavam profundamente submersas nos documentos e práticas pedagógicas, mas muito presentes na percepção dos sujeitos desta pesquisa ao correlacionar valores positivos principalmente às imagens fotográficas dos brancos.

É importante que se trabalhe a temática étnico-racial e África com os alunos de diversas formas. Os professores devem buscar trabalhar com outros materiais, além do livro didático, para que assim os alunos consigam compreender que a diversidade cultural e social brasileira é resultado da contribuição dos africanos. Silva e Silva (2013, p.8) defendem que.

(...) além do texto escrito, de aproximação da cultura negra, deve se buscar desenvolver as diferentes linguagens como a artística, oral, gráfica, cartográfica com o objetivo de delinear uma abordagem geográfica capaz de reconstruir uma das realidades sociais existentes que é a realidade a partir da ótica negra como a dança, a música, a culinária, a arte afro-brasileira...

É importante que durante a formação o professor, tenha contato com essa temática, pois é na sua formação que ele poderá buscar meios de conhecer mais sobre as temáticas étnico-racial e África. Tendo esse contato inicial, haverá condições de trabalhar com segurança e de forma satisfatória em sala de aula. No entanto, quando não há o contato com a temática, não é possível exigir que o professor trabalhe o processo de desconstrução de

estereótipos. Isso gera um problema em cadeia, o professor não sabe trabalhar de forma satisfatória a temática porque não teve contato na sua formação, quando busca uma pós que aborde a temática tem dificuldade para encontrar, quando vai trabalhar em sala com o livro didático o mesmo traz imagens e textos preconceituosos.

Para garantir que se faça um trabalho que atenda a demanda de desconstrução da imagem negativa que se tem do negro e da África foi sancionada a Lei 10.639/03 ela foi mais uma conquista dos movimentos negros, que buscam desde sempre a igualdade entre negros e brancos e foi com a Lei que surgiu a esperança de que a realidade de preconceito e estereótipos que ronda os negros e a África seja desconstruída.

1.2 – Metodologia

Para atingir os objetivos propostos neste trabalho foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos:

Revisão bibliográfica: acerca da temática étnico-racial feita em livros e artigos disponíveis na internet. Os livros tanto abordam o tema de forma ampla, como, por exemplo, sobre a importância de se trabalhar a temática no ensino básico, como também tratam sobre a representação do negro e como as imagens que os livros didáticos fortalecem o estereótipo criado sobre os mesmos. Os artigos são mais objetivos e tratam da dificuldade de trabalhar a temática no Ensino Básico e, mais especificamente no ensino de geografia. Debatem ainda a importância da Lei 10.639/03 e como a mesma contribui diretamente para vencer o preconceito e racismo, uma vez que a lei surgiu devido à luta dos movimentos negros.

Leitura e Análise de documentos curriculares oficiais: Foi feita a leitura das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Este documento explica a Lei 10.639/03 e sua importância na luta contra o preconceito e o racismo. Apresenta ainda estratégias e metas para serem trabalhadas no ensino básico e superior.

Foram analisados ainda os Parâmetros Curriculares que normatizam os conteúdos didáticos para o Ensino Básico no Brasil, desde 1998, e não apresentam destacadamente a temática étnico racial para ser trabalhada. Esse tema aparece no Eixo Transversal fica como quando se trabalha com pluralidade cultural e constituição da pluralidade cultural no Brasil.

A leitura da Lei 10.639/03: foi feita para conhecer as definições legais que pretendem transformar o ensino das questões étnico-raciais. Foi base também para análise

dos livros uma vez que a mesma foi criada para a valorização da cultura afro-brasileira e que junto com isso se construa também uma nova representação do negro na sociedade.

Análise de livros didáticos de Geografia antes da lei 10.639: foi feita na perspectiva de conhecer qual era a imagem do negro. Pretendeu-se ainda analisar a presença de estereótipos que são formados e reforçados a partir dessas imagens.

Análise livros didáticos depois da lei 10.639: foram analisados se o uso da imagem do negro mudou após a promulgação da Lei. Se as imagens usadas agora para representá-los mudaram na intenção de ajudar a vencer o preconceito e desfazer o estereótipo sobre eles, se as imagens usadas nos livros buscam uma valorização e contribuem para que a posição social do negro seja conhecida em sua contribuição para economia, cultura, na organização da sociedade e na formação territorial do Brasil.

Os Projetos Pedagógicos do Curso de Geografia na Paraíba: foram analisados, inicialmente, identificando as universidades da Paraíba que tinham seu PPC disponível na internet. Em seguida, a leitura de PPCs de três Universidades (UEPB, UEPB e UFCG), na qual objetivou-se identificar a presença da temática étnico-racial, seja em componentes curriculares obrigatórias ou optativas, seja em componentes curriculares específicos ou se a temática era trabalhada de forma secundária diluída no conteúdo programado.

Análise de Anais de Evento: Buscando verificar a existência de produção de trabalhos acadêmicos voltados para o ensino da temática étnico-racial na geografia foram escolhidos os anais do III EREPEG (Encontro Regional de Práticas de Ensino em Geografia) para identificar e contabilizar a presença de trabalhos apresentados no evento como indicativo da produção da área de Ensino de Geografia sobre a temática.

A realização destas ações permitiu associar o debate teórico-legal apresentado neste capítulo 1 com a pesquisa empírica realizada e apresentada nos próximos capítulos. Iniciamos o capítulo 2 com a análise das transformações, se é que existiram, na formação dos professores de geografia no estado da Paraíba.

1.3 A Lei Federal 10.639/03

No período em que os portugueses e posteriormente traficavam e escravizavam os africanos e permaneceram criou-se um estereótipo sobre africanos e negros sobre a África. Sobre os africanos foi construída uma imagem que eles não tinham alma, que eram animais

sem identidade, seres inferiores por terem a pele escura. África ficou conhecida como –um grande país que só tem fome, doenças e escravos.

No período colonial, surge movimentos sócias que buscavam defender e lutar por direitos dos homens e mulheres que estavam em regime de escravidão. O movimento abolicionista lutava pelo fim da escravidão conseguiram com muita luta leis que garantiram alguns direitos aos escravizados como: a Lei do ventre livre (1871) as crianças que nascessem depois dessa lei eram cidadãos livres, Lei do Sexagenário (1885) o homem ou a mulher que estivesse em regime de escravidão e completasse sessenta anos de idade era liberta, a carta de alforria (1866) era uma carta onde o proprietário abria mão dos direitos de posse sobre o –escravo e ele se tornava um homem livre. A carta podia ser gratuita ou comprada. A Lei Áurea foi a maior conquista para a época, pois foi a Lei que deu a liberdade a todos os homens e mulheres que estavam em trabalho escravo foi ela que em 1888 colocou um ponto final no regime de trabalho escravo no Brasil, libertando todos os homens, mulheres e crianças da escravidão. (Silva e Silva, 2013 p.4)

Com o final da escravidão movimentos negros foram surgindo no Brasil e lutando por mais direitos, uma vez que não havendo mais escravos existia ainda uma visão equivocada sobre o –valor do negro. Diante dessa realidade, os movimentos negros lutavam para que todos tivessem as mesmas oportunidades e o mesmo respeito e que a imagem que foi construída do negro perante a sociedade durante os séculos de escravidão fosse desconstruída, lutando pela democracia racial, por leis que punissem atos que diminuíssem os afrodescendentes. Uma das conquistas para ajudar nesse processo de valorização do negro e da África esta ligada a educação.

No ano de 2003, foi promulgada a Lei 10.639. A Lei traz em seus artigos cobranças feitas pelos movimentos negros que deveria ser trabalhadas nas escolas. Tem como objetivo desconstruir a visão equivocada que foi construída dos negros, e da África, buscando também a valorização de sua cultura e história, com isso buscar o aumento da autoestima dos afrodescendentes e construir novas visões sobre o continente africano. A Lei federal 10.639/03 altera a LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Lei Federal 9394/96, em seus artigos

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

A Lei é clara quando fala sobre o ensino da História da África e sobre a cultura afro-brasileira. É um avanço significativo uma vez que, conhecendo a verdadeira história da África de seu povo, a visão equivocada da mesma é desfeita. Será possível também conhecer a contribuição dos africanos para a formação social, política, econômica e principalmente cultural brasileira, acredita-se que a visão sobre a África e sobre os africanos e afrodescendentes mudará.

Em seu segundo parágrafo a Lei defende que o conteúdo deve ser ministrado em todo currículo escolar. Esse fato aumenta e diversifica a maneira de como os alunos terão contato com esse novo, conteúdo a -nova versão da África. Existe também mudança no calendário que passa a ter o dia 20 de novembro como —Dia da Consciência Negra.

Mesmo antes da Lei, já sendo possível identificar cuidados nos documentos legais da educação sobre a diversidade étnica e sociocultural. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), ainda no fim dos anos 1990, já apresentam como proposta de trabalho de tema transversal a ser trabalhado no Ensino Fundamental a temática da pluralidade cultural. Este documento considera, portanto, que um dos objetivos dos estudantes do ensino fundamental é que os alunos sejam capazes de.

conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais; (PCN 1997,p.6)

A partir dessa compreensão o aluno desenvolverá uma nova postura sobre as diferenças que existem no seu cotidiano, pois ele terá conhecimento sobre o porquê de existir essas diferenças. A Lei vem como suporte para que as escolas trabalhem na desconstrução da imagem do negro e da África, baseado em contar a outra versão da história

e de sua espacialidade, que durante séculos foi ignorada, dando a oportunidade de conhecer sobre a importância do negro para a formação do território brasileiro.

CAPÍTULO 2 – A temática étnico-racial na formação do professor de Geografia

Com a Lei 10.639/03 a educação brasileira em diferentes níveis passa por mudanças, desde as instituições de ensino básico, que tiveram que ampliar o tempo investido no debate sobre o tema, até as instituições de ensino superior, que tiveram mudanças em suas grades curriculares e também em sua política de acesso.

Para orientar como as instituições de ensino e os profissionais de educação, o MEC organizou uma publicação denominada –Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana 2013¹¹ em que aponta definições do Conselho Nacional de Educação sobre como as mudanças que deveriam ocorrer nas instituições de ensino superior.

De acordo com o Parecer CNE/CP nº 03/2004, as instituições de educação superior devem elaborar uma pedagogia antirracista e antidiscriminatória e construir estratégias educacionais orientadas pelo princípio de igualdade básica da pessoa humana como sujeito de direitos, bem como se posicionar formalmente contra toda e qualquer forma de discriminação.

Essas ações devem atingir não só o campo de formação dos professores, mas toda a instituição. A busca contra ações racistas e preconceituosas deve atingir e levar a todos que usam esse local de construção de conhecimento à reflexão sobre seus próprios atos. No mesmo documento, enfatiza-se a necessidade de inclusão nos currículos a discussão étnico-racial nas IES.:

As Instituições de Ensino Superior (IES) são estabelecimentos fundamentais e responsáveis pela elaboração, execução e avaliação dos cursos e programas que oferecem, assim como de seus projetos institucionais, projetos pedagógicos dos cursos e planos de ensino articulados à temática étnico-racial. É importante que se operem a distribuição e divulgação sistematizada deste Plano entre as IES para que estas, respeitando o princípio da autonomia universitária, incluam em seus currículos os conteúdos e disciplinas que versam sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais.

O mesmo documento destaca a inclusão do conteúdo que aborde a temática étnico-racial na formação do professor é de suma importância, pois é o professor que ajuda na construção do conhecimento e contribui diretamente na formação crítica dos alunos. Dessa forma o professor deve também ser preparado para trabalhar a temática étnico-racial com propriedade e para isso são ações essenciais:

Fomentar o apoio técnico para a formação de professores/as e outros profissionais de ensino que atuam na escola de educação básica, considerando todos os níveis e modalidades de ensino. Para a educação das Relações Étnico Raciais. (MEC, 2013, p.53)

No mesmo sentido, Costa e Dutra (2009 p.06) argumentam sobre a importância dos cursos de formação de professores para a ampliação do debate étnico-racial na sociedade e na construção de outras visões de mundo. Dessa forma:

Consideramos importante que haja discussões a respeito da Lei 10639/03 nas Universidades, em especial aquelas que formarão futuros professores. São esses os responsáveis pela aplicação direta da Lei e a forma na qual eles exercem esta função de aplicadores desta normativa interfere no pensamento crítico e nas visões de mundo eurocêntricas que hoje existem no mundo da educação e que o alunado acaba representando na sociedade na qual ele está inserido.

Diante de todo o arcabouço legal apresentado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana 2013, resultantes de documentos legais estabelecidos desde o ano de 2003, surge a dúvida sobre como essa temática está incorporada nas IES e, mais especificamente nos cursos de formação de professores.

Assim, considerando a delimitação do objeto deste estudo, que trata do ensino de Geografia e a Educação para as relações étnico-raciais, este capítulo pretende apresentar elementos e análise de como os futuros professores do Estado da Paraíba de geografia estão sendo formados sobre a temática e como isso aparece em produção acadêmica sistematizada apresentada em eventos.

Para tanto, apresentamos inicialmente a produção sobre ensino de geografia em sua relação com a educação para as relações étnico-raciais encontrada em evento acadêmico recente. Em seguida serão apresentados e analisados os Projetos Pedagógicos dos cursos de geografia de IES públicas da Paraíba.

2.1 – A produção sobre o ensino de geografia

O debate sobre questões étnico raciais deve acontecer na perspectiva de que quanto mais se falar sobre o assunto mais chance se tem de vencer os estereótipos que a sociedade criou em relação ao negro, a produção de trabalhos que abordem essa temática é muito importante uma vez que é uma forma de se gerar debates e novos questionamentos e novas

formas de se abordar a temática em sala, mas não encontrado um número expressivo de produção nessa área.

Considerando levantamentos já publicados sobre a produção da geografia sobre a temática étnico-racial, é comum observar o pressuposto de que essa temática deveria ganhar corpo após o estabelecimento legal. No entanto, não é isso que se observa. Oliveira (2011) destaca que –Ao analisar a produção geográfica dos principais congressos de geografia, podemos concluir que os avanços –pós-renovação|| não abarcaram as questões étnico-raciais e continua a negligenciá-las até os dias atuais.|| Assim, fica evidente que ainda existe um déficit na produção de trabalhos relacionado a esse tema. Este autor, (Oliveira, 2011) para chegar a esta conclusão fez um levantamento dos trabalhos publicados nos anais do Encontro Nacional dos Geógrafos (ENG), de 2008. Dos 2.356 (dois mil trezentos e cinquenta e seis) artigos publicados, apenas 01 (um) trabalho tratava diretamente da questão. Este trabalho, inclusive, relacionava o ensino de geografia na EJA e a Lei 10.639/2003. Ainda foram considerados outros 27 (vinte e sete) que tratavam das comunidades quilombolas (integrando especificamente o Eixo Temático Campo-Rural, do ENG) como estudos que também tratavam da questão étnico-racial. Assim, do total de trabalhos publicados naquele evento, menos de 1% (um por cento) trata da temática étnico racial. A conclusão é que a geografia continua relegando uma produção ínfima às questões étnico-raciais.

Considerando o intervalo de tempo entre aquele evento e a atualidade, resolvemos fazer um levantamento semelhante considerando os anais de um recente evento da área de Geografia e Ensino. O III EREPEG (Encontro Regional de Práticas de Ensino em Geografia) aconteceu na cidade de Campina Grande–Paraíba entre nos dias 16 a 19 de novembro de 2016. Esse evento teve em seus anais 90 trabalhos publicados que estavam divididos em 5 eixos temáticos (Quadro 1).

Do total de trabalhos publicados no evento foi encontrado também apenas 01 (um) abordando a temática étnico-racial que foi publicado no eixo temático três –Diferentes linguagens no ensino de geografia: novas possibilidades|| (trabalho realizado na escola do Rosário de Campina Grande, pelos bolsistas do PIBID). Este eixo chama atenção, pois a maioria dos trabalhos publicados nele trazem novas possibilidades de se trabalhar conteúdos antigos como: cartografia e meio ambiente, os que não tratam dessa temática falam sobre uso e produção de recurso didático para se trabalhar urbana, conhecer o bairro, localização etc. e apenas o trabalho aborda realmente uma nova linguagem no ensino de geografia que é a

étnico- racial com uma nova uma possibilidade de se trabalhar. Para a Geografia do Nordeste, e da Paraíba, esse dado merece especial destaque já que este evento espelha mais significativamente o que está sendo produzido no Nordeste, especialmente a Paraíba que teve o maior número de inscritos.

Quadro 1: III EREPEG – Número de trabalhos inscritos por eixo

Eixo temático	Numero de Trabalhos Inscritos
As Diretrizes Curriculares e o ensino de Geografia	04 (quatro)
O estagio supervisionado na formação do professor de geografia	17 (dezessete)
Diferentes linguagens no ensino de geografia: novas possibilidades	45 (quarenta e cinco)
Os diferentes contextos no ensino de geografia	18 (dezoito)
História da geografia escolar: pesquisa e contribuições para a formação de professores	6 (seis)

Assim, mesmo considerando a menor área de abrangência e o universo de publicações do EREPEG em relação ao ENG, é possível observar resultado semelhante entre os dois levantamentos, Mesmo com quase 10 anos percorridos entre os dois eventos, a temática étnico-racial ainda não se mostra presente de forma efetiva nas discussões sobre a área de ensino de geografia. A pouca produção é reflexo da falta de abordagem da temática na formação do futuro professor.

Baseado nessas análises é fácil perceber que a geografia ainda não se apropriou de forma satisfatória para debater o tema em questão, a falta de debate e de reconhecimento da importância de se trabalhar sobre as questões étnico raciais, na perspectiva de vencer o preconceito. Devido a isso temos o resultado da pouca produção sobre questões étnico-raciais.

Não podemos esquecer que para trabalhar o tema em questão os professores devem ter propriedade para falar. O professor tem que ter uma iniciação sobre o tema e isso nos leva a questionar: Será que o pouco número de trabalhos publicados em eventos científicos sobre o tema não é reflexo do pouco debate sobre o tema nas universidades que ofertam cursos de licenciatura em geografia?

Para responder tal questionamento, optamos por analisar os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Geografia da Paraíba, que são ofertados em três universidades paraibanas. São

elas: a UEPB- Universidade Estadual da Paraíba campus Campina Grande; UFCG- Universidade Federal de Campina Grande, campus Campina Grande; e UFPB- Universidade Federal da Paraíba campus João Pessoa.

2.2 – A questão étnico racial e o currículo de licenciaturas de geografia da Paraíba

A educação para as relações étnico-raciais parece ainda não ser tratada como prioridade no Brasil. Mesmo tendo uma norma implantada em 2003, a Lei 10.639/03, que determinou que as instituições de ensino básico trabalhassem a temática étnico-racial, a mesma determina que esse debate seja feito também nas instituições de ensino superior, pois o professor é quem vai fazer com que essa Lei seja cumprida.

(...) a formação –inadequada dos professores que atuam nos Ensinos Fundamental e Médio. Em algumas conversas que mantive com docentes de escolas públicas e privadas constatei que, muitos deles, não abordavam o assunto em sala justamente por não terem sido apresentados à temática anteriormente (OLIVA, 2006, p.191).

Podemos então perceber que os problemas que atingem o trabalho dos professores com a temática étnico-racial nas escolas vêm da sua formação que não deu suporte para trabalhar tal temática. O mesmo autor aponta para questões específicas sobre o professor de geografia. Segundo Oliva (2006), a falta de clareza sobre a importância do tema, associado a questões de dimensão dos currículos, os professores de Geografia acabam deixando de ministrar temas sobre a Geografia da África.

[...] Outros professores, diante da impossibilidade de ministrar todos os tópicos dos programas, consideravam o tema de menor importância, deixando de lado os capítulos sobre a África presentes nos livros didáticos. (OLIVA, 2006, p.191)

O professor de geografia precisa assumir a importante tarefa de apresentar e discutir com os estudantes de ensino básico uma nova compreensão sobre o papel do negro na formação da sociedade brasileira, na inserção da África no mundo globalizado de nossos dias e no respeito às diferenças étnico raciais.

É possível dividir os professores de geografia em dois tipos de acordo com a cronologia da normatização legal: existem aqueles que já atuavam antes da Lei e aqueles que só passam a atuar após a legislação sobre o tema entrar em vigor.

É sabido que existe curso de extensão para atualização dos professores que já estavam exercendo a profissão antes da Lei entrar em vigor. Esses professores não se sentiam a vontade para trabalhar a temática mesmo tendo feito cursos relacionado à temática étnico-racial (Costa e Dutra, 2009). Os professores que se formaram após a Lei podem ser divididos em três subgrupos: os que não trabalham a temática porque não querem. Aqueles que não se sentem seguros, e outro subgrupo que trabalha a temática a partir do que há no livro didático. Em meio a tantas argumentações contra a temática, Oliveira (2006) nos lembra de que -Também não podemos deixar de mencionar as reconfortantes exceções, com algumas excelentes iniciativas individuais. Oliveira (2006,p.191). Com essa afirmação podemos perceber que o interesse e a disponibilidade dos professores relacionada à temática étnico-racial é muito importante para que a mesma seja trabalhada em sala com os alunos.

É importante lembrar que a Lei 10.639/03 é clara quando cita a introdução de um novo conteúdo e uma nova abordagem para a temática étnico-racial para ser trabalhado nas instituições de ensino básico. A Lei não apresenta indicações sobre as mudanças que são importantes nos cursos de licenciatura, aponta apenas da introdução do novo conteúdo nas instituições de ensino básico.

Já as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, criadas em 2004 (edição usada foi a de 2013), um ano após a Lei ser sancionada, trazem a discussão sobre a formação do professor em apenas dois pontos:

- c) Fomentar o apoio técnico para a formação de professores/as e outros profissionais de ensino que atuam na escola de educação básica, considerando todos os níveis e modalidades de ensino, para a Educação das Relações Étnico-Raciais;
- d) Implementar as orientações do Parecer CNE/CP n° 03/2004 e da Resolução CNE/CP n° 01/2004, no que se refere à inserção da Educação das Relações Étnico-Raciais e temáticas que dizem respeito aos afro-brasileiros entre as IES que oferecem cursos de licenciatura; (MEC, 2013, p.53).

Esse documento, ao tratar da formação do Professor, deixa a desejar no aspecto de não ter pontos específicos para a formação docente sob essa nova abordagem. Há maior foco nas formas que as IES devem mudar a sua política para atender a nova demanda que busca desconstruir imagens preconceituosas que foram criadas durante anos. Devido a isso, toda a

instituição deve se adequar às novas regras, como por exemplo, desenvolver políticas de cotas raciais e conter em sua biblioteca livros que abordem a temática.

A formação do professor é tratada sem especificidades. Encontra-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana da seguinte forma: -Incluir os conteúdos referentes à Educação das Relações Étnico-Raciais nos instrumentos de avaliação institucional, docente e discente e articular cada uma delas à pesquisa e à extensão, de acordo com as características das IES. (MEC, 2013, p.53).

Diversos artigos (Costa e Dutra, 2009; Silva e Silva; 2013, Oliva, 2006; Garcia, Silva e Alexandre, 2012; Santos, 2010) que tratam sobre a temática étnico-racial ressaltam a importância da formação do professor. No entanto, ainda há que se enfrentar grandes dificuldades por algumas instituições, pois apresentam dificuldade em trabalhar tal temática nos cursos de graduação em geografia. Silva e Silva apontam como uma solução para esse problema de não abordagem -Faz se necessário criar cursos de mestrado, e doutorado em geografia da África, e com bolsas para pesquisa, para desenvolver e aperfeiçoar profissionais para trabalharem com essa temática (2013, p.8).

Sobre a criação desses cursos nas universidades, Silva e Silva (2013) argumentam que -O motivo principal apontado pelas universidades para não terem esses cursos é o de não haver demanda, e não há demanda pela falta de contato durante a graduação com geografia Africana, sem que esta esteja deturpada por padrões eurocêntricos (2013, p.8). Assim, fica mais claro entender que não é um problema apenas ensino básico, mas que esse problema vem da forma como o tema é abordado nas universidades, pois quando se leva em consideração que professores do ensino superior também não tiveram contato com a temática e precisam trabalhar a temática em sala com futuros professores, eles não irão ter aporte teórico para trabalhar a temática étnico-racial para desconstruir os estereótipos.

Baseado nas lacunas que existem na formação dos professores vimos a necessidades de analisar os PPC (Projeto Pedagógico do Curso), na perspectiva de identificar se a temática étnico-racial está presente em componentes curriculares específicas ou se ao menos existem como itens de ementas de outras componentes curriculares.

As análises foram feitas de acordo com os seguintes critérios: instituição, componentes curriculares que incluem o debate étnico-racial e ementa (Quadro 2). As instituições escolhidas foram três da Paraíba: UFPB, UFCG e UEPB. Todas têm seus PPC elaborados após a promulgação da legislação que trata das questões étnico-raciais no ensino básico. Na

busca por componentes curriculares que trabalhassem a temática étnico-racial ou sobre a África e que tivesse em sua ementa objetivos claros que evidenciem uma nova construção de conhecimento sobre a temática. As observações foram feitas baseadas nas ementas e nas leituras até aqui realizadas.

Quadro2: Análise dos PPC das Universidades da Paraíba

Instituição	Componentes Curriculares	Ementa	Observação
UFPB	Educação das Relações Étnico-Raciais	Estudo da história da África e dos Africanos. A luta dos negros no Brasil. História e cultura negra brasileira. O negro na formação da sociedade nacional. Resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes a história do Brasil. Políticas de reparações, de reconhecimento e valorização, de ações afirmativas. Ações educativas de combate ao racismo e a discriminações.	Classificada como: CONTEÚDOS COMPLEMETAR E OBRIGATÓRIOS
UEPB	GEOGRAFIA DA ÁFRICA	Posição geográfica e geopolítica. Bases físicas da África. A diáspora africana. Colonialismo, neocolonialismo e apropriação território. Regiões geográficas e diversidade cultural. Globalização, População, nações e exclusão. O quadro político econômico atual. A África na mídia mundial e na indústria cinematográfica. Ensino de Geografia da África na Educação Básica. Aula de campo.	Eletiva
UFCG	Não tem	Não tem	A palavra -África aparece apenas no componente curricular — Geografia Regional do Mundo é apenas trabalhado os blocos econômicos.

Fonte: Elaboração própria

O PPC da Universidade Federal da Paraíba que foi elaborado, em 2016, e tem uma disciplina específica para trabalhar a temática étnico-racial, –Educação das Relações Étnico-Raciais. A temática parece ser trabalhada de forma não convencional, pois o conteúdo é apresentado em forma de seminários e oficinas que acontecem em horários livres e seguem o calendário escolar ou fora do calendário do curso. A mesma tem em sua ementa os conteúdos que a Lei 10.639/03 sugere que sejam trabalhados e acrescenta também ações que combatem o racismo e discriminação.

Foram identificadas mais duas disciplinas que existem no curso que poderiam trabalhar esse tema: –Formação do Espaço Geográfico Brasileiro, disciplina que trabalha a formação econômica e social do Brasil, e aborda os períodos em que os africanos contribuíram direta e indiretamente para essa formação; e –Educação e Movimentos Sociais que apresenta o surgimento dos movimentos sociais e como eles se tornam espaços educativos. Assim, pode-se associar esse item como mais um motivo para abordagem da questão sobre relações étnico-racial, pois os movimentos negros foram importantes para muitas conquistas relacionadas à educação, tendo como exemplo a Lei 10.639/03.

A Universidade Estadual da Paraíba tem o seu PPC reestruturado em 2016, e nele foi encontrada apenas uma disciplina que aborda um tema relacionado com questões étnico-racial: –geografia da África. Essa disciplina tem pontos importantes como Colonialismo, que é pouco trabalhado pela geografia, como também a diversidade cultural que existe na África, que muitas vezes passa despercebido. Item muito importante presente na ementa, e completamente relacionado ao objeto deste trabalho, o ensino de Geografia da África na Educação Básica que é um desafio que vem sendo debatido desde que a Lei foi criada.

Com a análise do PPC foram identificadas ainda duas disciplinas que trabalham de forma secundária a temática étnico-racial: –Antropologia Cultural, aborda –origens da humanidade, pois trabalha com a teoria de que o berço da humanidade é a África é um dos pontos importantes já que a questão étnico-racial no Brasil surge por causa dos africanos e afrodescendentes, e aborda também isoladamente a –questões étnicas onde vai trabalhar as diversidades étnica que existem no país.

A disciplina –Dinâmicas Espaciais dos Movimentos sociais no Brasil trabalha como os movimentos sociais atuam na formação e na produção do espaço e os conflitos que existem entre eles. Traz também o histórico dos movimentos sociais através da contextualização do seu surgimento e suas lutas e conquistas; os principais movimentos sociais presentes no Brasil. Essas duas disciplinas trabalham de forma indireta com o tema, uma vez que o

movimento negro faz parte da história do país e a ideologia dos movimentos sé a valorização do negro, luta contra o racismo e direitos iguais para os negros e não negros.

Após analisar o PPC da Universidade Federal de Campina Grande, elaborado em 2009, foi percebido que não consta nenhuma disciplina que trabalhe exclusivamente com a temática étnico-racial ou sobre a África. Também não foi identificada nenhuma disciplina que trabalhe com a temática étnico-racial de forma transversal, como foram encontradas nas ementas dos cursos das outras duas universidades analisadas. Dos cursos analisados, o da UFCG foi o único curso que foi criado após a Lei 10.639/03 e também foi o único que não apresenta nenhuma adequação a Lei.

Como já foi citada em outros momentos a Lei fala sobre o ensino das relações étnico-raciais no ensino básico e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana apontam a importância de se trabalhar essa temática na formação dos professores de Geografia para que eles possam trabalhar com segurança e propriedade sobre a temática em sala de aula, é possível perceber que ainda existe uma resistência por parte do corpo docente em se trabalhar a temática, mas é compreensível uma vez que esses docentes também não tiveram acesso a esse tema, porém é questionável essa falta de discussão sobre o tema étnico-racial em um curso que foi criado depois que a Lei foi decretada.

Ao analisar os PPCs, é possível perceber que o problema da não discussão sobre a temática étnico-racial começa nas IES que não se adequaram a Lei 10.639/03. A Lei é clara quando fala que os cursos de licenciatura devem incorporar em sua grade curricular disciplinas que abordem as temáticas étnico-raciais e África, mas nos deparamos com um problema, quem vai ensinar para os futuros professores sobre as temáticas se os professores que estão nas universidades também não tiveram contato com a temática. Faz-se necessários cursos de extensão para que todos possam conhecer a temática para trabalhar em sala.

Porém, não é suficiente apenas que o professor tenha formação, pois ao chegar em sala para trabalhar com os alunos ele irá se deparar com o livro didático que é uma ferramenta importante. Nessa perspectiva os livros devem também passar por uma reformulação quando se trata da temática étnico-racial e África, uma vez que ele será o objeto mais utilizado pelo professor. Assim foram analisados livros para verificar se ocorreu alguma mudança no que se diz respeito as temáticas.

CAPÍTULO 3 – Análises dos Livros Didáticos

Para atingir os objetivos propostos neste trabalho foram analisados seis livros didáticos de geografia, sendo dois deles anterior a Lei 10.639/03, datados de 1997 e 2002. Os outros quatro livros analisados foram elaborados após a Lei, datados de 2005; 2009; 2013. É importante ressaltar que os livros foram analisados na perspectiva de encontrar conteúdos que trabalhem a questão étnico-racial e África antes e depois da Lei, para identificar se houve mudança na forma que são apresentados nesses materiais.

A escolha dos livros em dois momentos, antes e depois da Lei, foi realizada no intuito de identificar a temática étnico-racial em suas páginas e analisar se é abordada de forma que busca a desconstrução de estereótipos, ou contribui para tal. Nos livros mais recentes, após a legislação analisada, pretendeu-se verificar se ocorreu alguma mudança na forma como os livros didáticos abordam a temática étnico-racial e África e se foi criado um capítulo reservado para estes conteúdos ou estão juntos com outros temas como segundo plano.

Os livros escolhidos são de séries diferentes porque não foram encontrados livros suficientes anteriores à Lei. Acredita-se que este fato não interferiu no resultado das análises, uma vez que a Lei defende que a temática deve ser trabalhada em todo currículo escolar e não define uma série específica.

A escolha aleatória dos livros foi em função de buscar identificar se existe continuidade dos conteúdos ao longo das séries do ensino fundamental. Foram analisados dois livros que são volumes únicos usados no ensino médio um antes da Lei e outro mais recente, após a Lei.

Foram utilizados os seguintes critérios de análise para os livros didáticos:

- Existe o tema étnico-racial no livro? Como ele aparece: de forma primária ou diluída em conteúdos?
- Existe o tema África? Como ela aparece: de forma primária ou diluída em conteúdos?
- Quais as mudanças ocorreram na forma de abordar a temática étnico-racial e a África? Apenas para os livros mais recentes, elaborados após a legislação.

- Como a imagem do negro é apresentada: submissão, marginalização, escravo e valorização?

3.1 – Livros elaborados antes da Lei 10.639/03

Devido à dificuldade de encontrar livros didáticos de geografia que antecederam a Lei 10.639/03 foram analisados apenas dois livros anteriores a este marco legal, sendo um volume único trabalhado no ensino médio e o outro da 6ª série (atual 7º ano) do ensino fundamental. No que se diz respeito aos livros antes da Lei essa observação foi prejudicada devido à falta de mais livros.

O quadro abaixo apresenta informações básicas sobre os livros analisados datados de períodos anteriores à Lei.

Quadro 3: Livros analisado anteriores à Legislação 10.639/03

Série	Livro	Autor	Ano de publicação
Ensino médio Volume único	Geografia geral e Brasil paisagem e território	Demétrio Magnoli e Regina Araujo	1997
Ensino fundamental 6ª série	Construindo espaço brasileiro	Igor Moreira	2002

Fonte: Elaboração própria

O livro Geografia Geral e Brasil: Paisagem e território dos autores Demétrio Magnoli e Regina Araújo é do ano de 1997, volume único usado no ensino médio. Este livro é composto por 20 capítulos, e é possível identificar a presença que em cinco desses capítulos a temática sobre a África e questões étnico-raciais. Os cinco capítulos são intitulados de: Geografia da pobreza; Crescimento Demográfico; Populações em movimento; Ecologia e política ambiental; e, A agricultura e o espaço geográfico.

O tema étnico-racial é abordado em cinco capítulos e de forma secundária, com pouca visibilidade. A África trabalhada inicialmente de forma genérica, sem diferenciação entre regiões e países.

Nos capítulos: Geografia da pobreza e Crescimento demográfico, nos capítulos posteriores é mostrada informações sobre alguns países da África, através de gráficos,

tabelas e imagens, porém as informações sempre voltadas a aspectos negativos, como fome, doenças e guerras.

No livro *Construindo espaço brasileiro* de Igor Moreira, ano 2002, um ano antes da Lei. É um livro da 6ª série (atual 7º ano) do ensino fundamental e, ao tratar do espaço brasileiro contempla a temática étnico-racial e África. O livro é composto por 20 capítulos e em três deles foi encontrado abordagens sobre a temática analisada. Esses capítulos estão intitulados: A população brasileira: crescimento e densidade; As origens do povo brasileiro e As diferenças espaciais.

O tema étnico-racial aparece de forma clara em um pequeno parágrafo de (5) cinco linhas no capítulo "A população brasileira: crescimento e densidade". Já no capítulo "As origens do povo brasileiro" há um parágrafo que trata sobre miscigenação do povo brasileiro. Este capítulo traz os primeiros habitantes (índios) do Brasil e os principais povos que os brasileiros descendem. De forma semelhante ao livro anteriormente citado, o continente africano é apresentado de forma estereotipada e os textos trazem apenas informações sobre seu subdesenvolvimento.

Em geral, é possível perceber nos dois livros analisados editados antes da legislação que há uma visão do continente africano reproduzida, durante anos, baseada na criação de estereótipos, pois mostra apenas o lado sofrido que o continente tem.

No que se trata das relações étnico-racial, ambos os livros trabalharam de forma reduzida, secundária e superficial, dando pouca visibilidade a temática. Lembrando que os textos encontrados sobre a temática aparecem soltos sem conexão com outros textos da página ou do capítulo. É importante que se trabalhe a temática, mas que seja de forma mais sólida. O quadro abaixo traz informações sintetizadas sobre os conteúdos analisados dos livros didáticos e sobre o uso das imagens que acompanham os textos. A imagem 1 é de uma criança negra trabalhando em carvoaria, o texto é sobre a produção de carvão na região centro-oeste do país, e sobre as condições de trabalho, que muitas crianças são usadas como mão de obra.

Quadro 4: Critérios de Análises da imagem

Livro	Critérios	Presença da Temática étnico-racial	da forma	Presença do Tema África	do	Imagens
Construindo espaço	Sim.	De	forma	Sim.	Fome e	Negro e África aparecem de forma negativa

brasileiro				
Geografia geral e Brasil: paisagem e território	Sim. secundaria	De forma	Sim. Subdesenvolvimento	Negro e África aparecem de forma negativa

Fonte: Elaboração própria

Figura 1: Infância roubada



Fonte: Geografia espaço e vivência 7º ano 2009 p.190

3.2 – Livros elaborados após a Lei 10.639/03

Os livros didáticos de Geografia são instrumentos importantes para se trabalhar a temática étnico-racial e África em sala, pois é o primeiro contato que os alunos têm com as temáticas, por isso fazem necessários livros que acompanhem as mudanças que a Lei sugeriu. Na perspectiva de encontrar essas mudanças, foram analisados quatro livros após a Lei.

O quadro abaixo traz descritos os livros que foram lançados e distribuídos na rede pública de ensino básico após a Lei 10.639/03.

Quadro 5: Livros analisados posteriores à Legislação 10.639/03

Série	Livro	Autor	Ano de publicação
Ensino médio volume único	Geografia Geral e Geografia do Brasil	Lygia Terra e Marcos de Amorim Coelho	2005
Ensino fundamental 5ª série	Geografia espaço e vivência	Levon Boligian, Rogério Martinez, Wanessa Pires Garcia Vidal e Andressa Turcatel Alves Boligian	2005
Ensino fundamental 7º ano	Geografia espaço e vivência	Levon Boligian, Rogério Martinez, Wanessa Pires Garcia Vidal e Andressa Turcatel Alves	2009

Ensino fundamental ano	9º	Geografia os países do norte e o panorama do século XXI	J. Willian Vesentin e Vânia Vlach	2013
-------------------------------	-----------	---	-----------------------------------	------

Fonte: Elaboração própria

No livro Geografia espaço e vivência, que foi editado no ano 2005, dois anos após a Lei entrar em vigor, para a 5ª série (atual 6º ano) do ensino fundamental, a temática étnico-racial, aparece no último capítulo do livro (capítulo 18). Este capítulo trata da –População brasileira e em um de seus subtítulos, ao tratar da –origem dos brasileiros, é discutida a questão étnico-racial. Sobre a África o livro não traz nenhuma informação.

A temática étnico-racial aparece em um único quadro que ilustra em forma de caricatura os índios e africanos. Esse quadro ocupa menos da metade da folha e os textos são curtos e objetivos. África em momento algum é citada aparecendo apenas em mapas-múndi. Como é um livro que foi publicado após a Lei, esperava-se que ele trouxesse mais elementos voltados para a questão étnico-racial e que falasse sobre a África.

O livro –Geografia Geral e Geografia do Brasil do ensino médio volume único também, do ano 2005, aborda tanto a temática étnico-racial como a África. Composto por trinta (30) capítulos, apresenta a temática aqui analisada em cinco capítulos, a saber: –Fases do capitalismo: revoluções industriais e a globalização; –Os grandes conjuntos de países e as desigualdades mundiais; –Globalização e a pluralidade cultural: conflitos regionais e tensões no mundo; –Brasil: globalização, nova ordem mundial e desigualdades sociais; e, –Etnia e migrações populacionais no Brasil.

Como era de se esperar, as informações que são mostradas nos capítulos sobre África aparecem de forma que não acrescenta um nova visão sobre este continente. Prende-se a ideia de que é um continente pobre e com muitos problemas sociais. A questão étnico-racial aparece no meio dos capítulos de forma secundária, mas ela é tratada em um capítulo único intitulado de –Etnia e migrações populacionais no Brasil. Nesse capítulo, existem imagens, gráficos, tabelas sobre as diferentes etnias que existem no Brasil. Os textos, em geral, são curtos e muito objetivos. Fato que não ajuda a problematização sobre a situação dos negros no país. No entanto, já abre uma luz de aproximação com a definição legal ao apresentar a cultura afrodescendente e a contribuição do negro para a formação social do país.

Geografia espaço e vivência livro do ano de 2009, usado no 7º ano do ensino fundamental, tem 19 capítulos e apenas um trata de forma rápida e superficial da África e da

temática étnico-racial. No capítulo –Formação territorial e organização do espaço brasileiro. As duas temáticas são trabalhadas juntas em apenas três (3) páginas de forma estereotipadas (condições sub-humanas, de moradias e trabalho, sempre mal vestidos, passando fome, ou presos). Este livro foi publicado seis (6) anos após a Lei e seria esperado que houvesse mais capítulos relacionados às duas temáticas e que apresentassem abordagem para desfazer a imagem errônea que se tem do continente africano.

O livro –Geografia: os países do norte e o panorama do século XXI é um livro do ano de 2013 usado no ensino fundamental, 9º ano, tem 16 capítulos e apenas dois (2) abordam a temática sobre a África. –Desigualdades Internacionais e –Origem das Desigualdades Internacionais são dois capítulos longos e que tratam diversos aspectos das desigualdades e diversos tipos de desigualdade. No entanto, não aborda a temática étnico-racial e a África foi abordada de maneira rápida. Foram usadas imagens para a representação de África, essas imagens sempre reforçando o imaginário de que é um continente que só tem miséria.

Foi o livro que menos abordou as temáticas, o mais preconceituoso e formador de estereótipos foi uma surpresa já que o mesmo foi produzido 10 anos após a Lei ser sancionada era esperado outro resultado. A temática étnico-racial não, e a África fica representada no capítulo –desigualdades internacionais com a imagem de uma criança bebendo água em uma poça de lama, e um gráfico com índices de doenças e fome, com a imagem de uma mulher negra mal vestida e uma criança desnutrida. No capítulo –origem das desigualdades internacionais é usada imagem de crianças negras em trabalho escravo e um gráfico onde as informações sobre a pobreza do continente.

Os livros após a Lei não mudaram muito a forma de abordar a temática étnico-racial. A temática ficou em último plano e quando abordada no livro era de forma reduzida. Isso é preocupante, pois a luta para que a criação da Lei 10.639 não fosse apenas para ela ficar no papel e ser usada quando surgisse uma eventualidade e sim para garantir que conteúdos seriam abordados na perspectiva de desfazer os estereótipos, portanto tudo que é relacionado a questões étnicas e África deveria ser revistos e remontados. A Lei é clara quando diz que os conteúdos devem ajudar na valorização da cultura afrodescendente e que os mesmos devem ser repassados no âmbito escolar.

Quadro 6: Temática étnico-racial e África nos livros após a Lei 10.639/03

Critérios			Presença da Temática étnico-racial	Presença do Tema África	Imagens
Livro					
Geografia Geral e Geografia do Brasil		e	Sim. De forma secundária	Apenas em mapa.	Negro e África aparecem de forma negativa e positiva
Geografia espaço e vivência		e	Sim. De forma secundária	Não aparece	Negro aparece de forma negativa
Geografia espaço e vivência		e	Sim. De forma secundária	Sim. Fome e subdesenvolvimento	Negro e África aparecem de forma negativa e positiva
Geografia os países do norte e o panorama do século XXI			Não aparece	Sim. Subdesenvolvimento.	Negro aparece de forma negativa

Fonte: Elaboração própria

Existe também o uso da imagem para representar a África (figura 2). Esse continente sempre aparece com seus habitantes em condições sub-humanas. Quando as condições socioeconômicas da África não aparecem representadas em gráficos ou mapas, é um negro com fome que a representa. Para evidenciar a permanência de uma visão predominantemente negativa sobre os negros e África foram contabilizadas a quantidade de imagens que os retratam e classificadas quais delas traziam aspectos positivos ou negativos, conforme apresenta o Quadro 7.

Quadro 7: Representação do negro nos livros antes e depois da Lei 10.639/03

Livros	Ano	Total de imagens	Imagem: positiva negativa
Geografia geral e Brasil paisagem e território	1997	12	11 negativas (trabalho escravo, catador de lixo, cultura, morando em condições precárias) 01 positiva (tribo)
Construindo espaço brasileiro	2002	2	01 negativa (trabalho escravo) 01 positiva (sorrindo)
Geografia Geral e Geografia do Brasil	2005	18	16 negativas (fome, morador de rua, trabalho escravo, refugiados, condições precária). 02 positivas (vestimenta africana, sorrindo).
Geografia espaço e vivência	2005	5	02 negativas (trabalho escravo) 03 Positivas (comprando, trabalhando de carteiro, sorrindo).
Geografia espaço e vivência	2009	23	16 negativas (trabalho escravo, moradores de rua, catador de lixo) 07 positivas (trabalho —dignol, representando a própria cultura)

Geografia os países do norte e o panorama do século XXI	2013	5	04 negativas (fome, mendigo) 01 positiva (presidente)
--	------	---	--

Fonte: Elaboração própria

Figura 2: Tudo resumido a isso?



FONTE: Os países do Norte e Panorama do Século XXI, 2013 p.233.

As imagens que são usadas nos livros para representar os negros e a África nos leva a questionar o papel da Lei e, principalmente, o porquê o objetivo da mesma é vencer o preconceito e a discriminação dos negros. Ao verificar como os negros e a África são representados nas imagens nota-se ainda um preconceito e a permanência de visões negativas, em sua maioria, nos livros. As imagens em que temos negros em condições sub-humanas e em trabalhos menos valorizados não terão a foto ou a cena representada por pessoas brancas, apenas os negros são usados para representar essas situações.

As imagens que trazem uma representação positiva do negro no livro didático ajuda na construção de uma nova visão, tanto do professor quanto do aluno, sobre o negro e o seu papel na sociedade. Vale ressaltar que as imagens –positivas‖ devem ser debatidas em sala pelo professor para que, assim, a imagem tenha um significado e que os alunos possam começar a construir uma nova imagem do negro perante a sociedade.

O livro Geografia: espaço e vivência, 5ª série, 2005, traz duas representações do negro em situações positivas em situações cotidianas em um ambiente de uma padaria e em um banco, conforme a Figura 3. É uma representação simples, mas importante para o

processo de análise e construção da nova imagem do negro, pois ele é retratado como cliente nas duas ocasiões, e não como o empregado, e isso contribui diretamente para uma nova visão do mesmo.

Figura 3: Outro olhar para o negro



FONTE: Geografia: espaço e vivência 5ª série ,2005, p. 153

No entanto, o mesmo livro apresenta imagem negativa cheia de estereótipos. Uma lavoura onde os negros aparecem com o mesmo biótipo, descalços e trajando roupas iguais e realizando trabalho pesado enquanto o branco aparece bem vestido e numa posição de autoridade sobre os negros.

Figura 4: Negros iguais

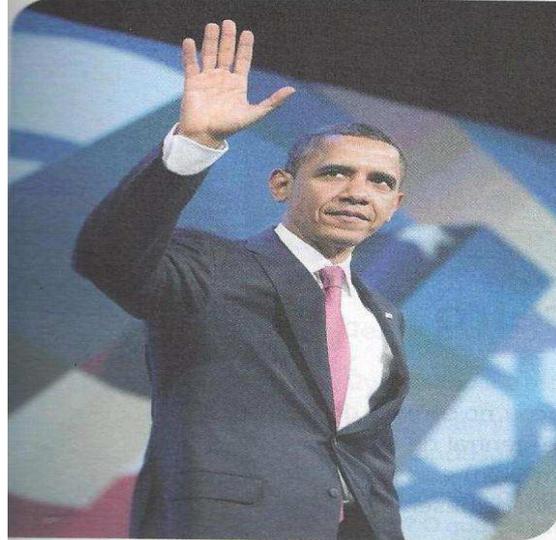


FONTE: Geografia: espaço e vivência 5ª série 2005 p.178

O livro -Os países do Norte e Panorama do Século XXII foi o livro que menos utiliza o recurso ilustrativo das imagens. A imagem positiva que aparece do negro é representada pela figura do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama. Essa é uma imagem que representa muito, o negro em um papel importante, sabemos que existem muito

negros desenvolvendo funções importantes no mundo e a imagem do presidente negro mostra isso.

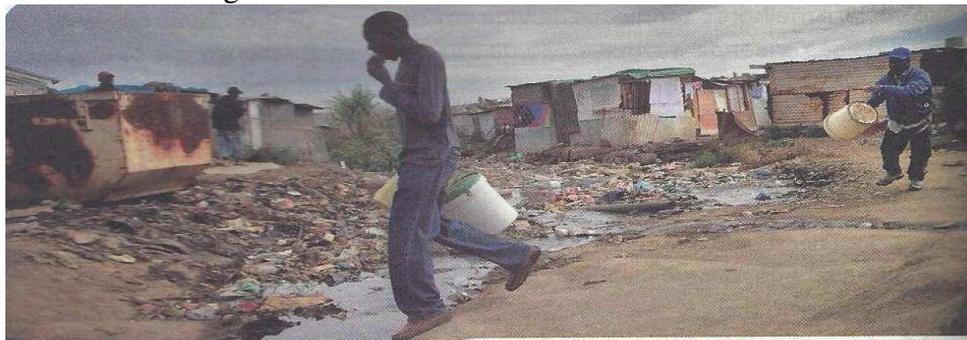
Figura 5: Negro em posição de destaque político.



FONTE: Os países do Norte e Panorama do Século XXI, 2013 p. 106

O mesmo livro reforça no entanto, de forma muito significativa preconceituosamente em se tratando das imagens. As poucas imagens que ele traz são cheias de estereótipos. O livro nos pareceu contribuir para reforçar a imagem negativa do negro e da África, desconsiderando, portanto, os apontamentos da legislação.

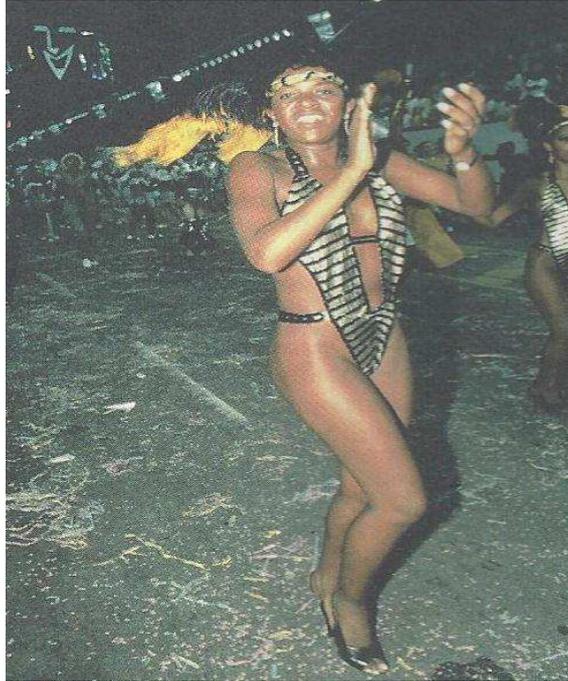
Figura 6: Moradia do negro na África



FONTE: Os países do Norte e Panorama do Século XXI. 2013 P.196

Considerando os debates recentes sobre os direitos dos negros e da mulher no Brasil, percebe-se pela análise da Figura 7, o quanto é necessário o debate sobre as construções das visões representadas. O livro Geografia: Paisagem e território: geografia geral e do Brasil, do ano de 1997, anterior à Lei, apresenta a reprodução de estereótipo da imagem da mulher negra no carnaval, como representativa da cultura do povo brasileiro.

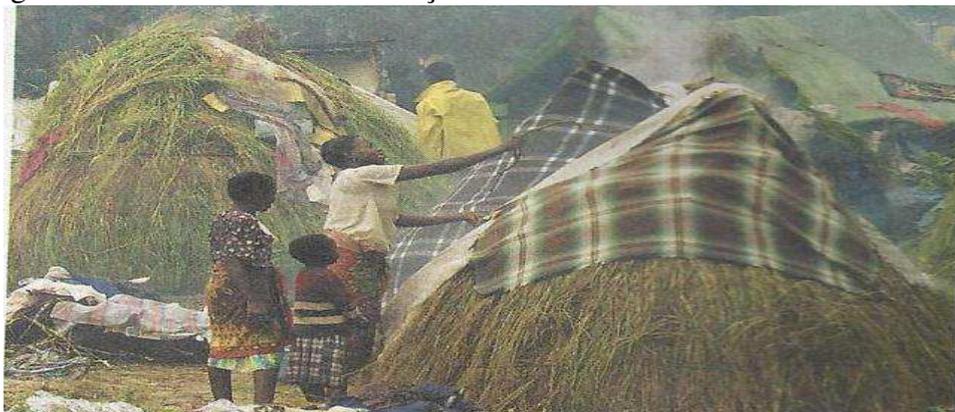
Figura 7: A imagem da mulher negra



FONTE: Geografia: Paisagem e território: geografia geral e do Brasil, 1997 p.131

No livro Geografia geral e geografia do Brasil: o espaço natural e socioeconômico 2005 tem poucas imagens que negro aparece, e as poucas imagens que trazem o negro em uma situação decadente e de penúria. A imagem é de crianças em condições precárias, perto de barracos feitos de materiais impróprios.

Figura 8: Uma infância de construção.



FONTE: Geografia geral e geografia do Brasil: o espaço natural e socioeconômico 2005 p. 255.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos a partir das análises feitas nos livros que a temática étnico-racial e África sempre apareceram, porém de forma resumida e preconceituosa que contribuía para reforçar a visão discriminatória e estereotipada do negro e da África.

Após analisar os livros, projetos pedagógicos das licenciaturas e a Lei 106.39 verificou-se que as mudanças ocorridas ainda não são suficientes para que se tenha um resultado satisfatório a respeito da construção de uma nova visão sobre a temática étnico-racial e África.

A Lei foi conquista do movimento negro que lutou para que a trajetória do negro e da África fosse ensinada nas escolas de ensino básico. Esta iniciativa reforça o papel importante da escola como espaço de formação política. Acredita-se, assim, que o conhecimento sobre os mesmos ajude a vencer o preconceito e os estereótipos. Acredita-se que a questão étnico-racial trabalhada em sala de aula contribua para construção de uma visão com menos preconceito sobre os negros gerando, assim, uma situação de convivência social mais harmônica.

A formação dos professores para trabalhar com essa temática em sala de aula é importante para que contribuam diretamente com o processo de conhecimento e formação dos estudantes.

Os livros trazem uma imagem do negro estereotipada abordam a temática étnico-racial de forma secundária e mesmo quando tentam abordar a temática de forma primária é reduzida e seguida de imagens que contradizem o texto.

REFERENCIAS:

- ANTUNES, Celso. A sala de aula de Geografia e História: inteligências múltiplas, aprendizagem significativa e competências no dia-a-dia . Campinas, SP: Papirus, 2001.
- BRASIL. Parâmetros curriculares Nacionais. Ministério da educação. Brasília: MEC/ SEF, 1997
- CARRIL, Lourdes. Quilombo, favela e periferia: a longa busca por cidadania. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2006.
- COSTA, Raphael; DUTRA, Diego. A lei 10.639/2003 e o ensino de geografia: Representação dos Negros e África nos livros didáticos. Porto Alegre 2009
- Construindo o espaço/ Igor Antônio Gomes Moreira. – São Paulo: Ática, 2002
- Geografia: espaço e vivência, 5ª série/ Levon Boligian... [et al.]. – 2.ed.-São Paulo: Atual, 2005
- Geografia espaço e vivência: a organização do espaço brasileiro, 7º ano/ Levon Boligian. [et.al]—3ºed. Reform. – São Paulo: Atual, 2009
- Geografia geral e geografia do Brasil: o espaço natural e socioeconômico: Volume único/ Lygia Terra, Marcos de Amorim Coelho. – 1.ed.-São Paulo: Moderna, 2005
- MATOS, Rita; RANGEL, Maria; Caspar, Guilherme da silva. O ensino de geografia e as relações étnico-raciais no colégio estadual professor Fábio Araripe Goulart, Ilheus: A pedagogia da ausência: 2009
- Magnoli, Demétrio. Geografia: Paisagem e território: geografia geral e do Brasil/ Demetrio Magnoli, Regina Araújo.—2 ed. Reform.—São Paulo: Moderna,1997
- OLIVA, A. R. A história Africana nos cursos de formação de professores. Panorama, perspectivas e experiências. Estudos AfroAsiáticos, Ano 28, nº 1/2/3, JanDez 2006, pp. 187220.
- OLIVEIRA, Rafael. Por uma geografia da África: elementos para uma educação étnico-racial. 2011
- Os países do Norte e Panorama do Século XXI. Projeto Teláris: Geografia: Ática 2013
- Parecer 003/2004 acerca Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. 2013
- SILVA, Wanderson; SILVA, Viviane. Geografia escolar e Relações étnico-raciais: (re)construindo o espaço afro-brasileiro, 2013

MEC organizou uma publicação denominada -Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana 2013

ANEXO



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 26-A da [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

“[Art. 26-A.](#) Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de março de 2008; 187ª da Independência e 120ª da República.

LUIZ
Fernando Haddad

INÁCIO

LULA

DA

SILVA

Este texto não substitui o publicado no DOU de 11.3.2008.



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

Mensagem de veto

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182ª da Independência e 115ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 10.1.2003